



## *Atuando em prol da Preservação do Ambiente Global*

**N**o último dia 29 de maio, realizou-se no Auditório da Academia Brasileira

de Letras um simpósio sobre ecologia, patrocinado pela SGI e com o apoio da ABL. O simpósio teve como tema "Atuando em Prol da Preservação do Ambiente Global" e contou como palestrantes os Srs. Philip Fearnside, pesquisador titular do Departamento de Ecologia

do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; Luiz Carlos Baldicero Molion, presidente da Fundação para Estudos Avançados do Trópico Úmido da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – Unitrop/Semact; e Hésio de Albuquerque Cordeiro, reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O simpósio foi presidido pela Dr. Maria Lúcia Absy, coordenadora de Pesquisas Botânicas do INPA. Compuseram ainda a mesa os Srs. Austregésilo de Athayde, presidente da ABL, e o Sr. Roberto Saito, presidente da BSGI (nas páginas seguintes publicamos o conteúdo dos discursos dos palestrantes).



Em suas palavras, o Sr. Roberto Saito, em nome do presidente da SGI, agradeceu aos convidados presentes. Em especial, agradeceu ao Dr. Athayde por haver concedido o auditório da Academia Brasileira de Letras para o simpósio. Finalizou dizendo que "neste momento em que as questões do meio ambiente buscam soluções embasadas numa conscienci-

zação global, é preciso que o poder do conhecimento e o poder da sabedoria ocupem seus devidos lugares para traçarem o rumo saudável do nosso planeta. O poder da sabedoria é uma potencialidade inerente em cada pessoa cujas manifestações poderão com certeza mudar o destino da humanidade. Neste sentido, tenho plena convicção de que esse simpósio somou mais um passo significativo no contexto de nossas propostas e haveremos de continuar na nossa firme postura de contribuir para o desenvolvimento global da humanidade".

Dessa forma, a presidente da mesa, Dra. Maria Lúcia Absy, deu por encerrado o simpósio.

# Amazônia: Como o Japão pode ajudar

**C**omo já é do conhecimento de todos, o Japão é uma força muito grande no mundo e tem grande potencial para influenciar os problemas ambientais, tanto pelo lado positivo quanto pelo negativo, sendo muito importante que o Japão use esse potencial para ajudar em nossos problemas com a Amazônia, que são gravíssimos. Esse potencial vem, em parte, da grande importância econômica que o Japão tem hoje, que leva tanto à oportunidade de ajudar ou de deixar de fazer coisas de impacto sobre a Amazônia, bem como o auxílio financeiro e de outras maneiras pelo lado mais ativo e positivo.

Também o Japão tem grande capacidade científica e tecnológica para, aplicando o potencial das cabeças pensantes que lá existem, tanto sobre os problemas científicos quanto os institucionais, montar mecanismos para compensar os serviços ambientais que ninguém propôs; alternativas viáveis são muito importantes nesta ajuda. E também há outro fator muito importante que é uma espécie de liderança moral. Essa realmente é a área onde a SGI concentra os seus esforços em termos de levar para o mundo mensagens sobre como a guerra é uma coisa que não pode continuar como sistema para os países resolverem os seus problemas simplesmente.

A Amazônia tem muitos tipos de problemas ambientais, sendo que vários são ligados ao problema do desmatamento. Muitas das atividades aqui têm impactos que são traçados à medida em que são tomadas as decisões e, muitas vezes, estas acabam iniciando processos que começam por decisões comerciais, sem que sejam levados em conta os impactos ambientais.

Um exemplo disso é o grande projeto Carajás. Construído com financiamento do Japão, de 12 milhões de ienes, coordenados pelo Banco de Exportações e Importações do Japão, juntamente com o Banco Mundial e da Comunidade Européia. Por isso é muito importante que sejam feitos estudos adequados dos impactos causados por esse tipo de projeto antes que sejam tomadas as decisões, o que não aconteceu no caso Carajás.

Existem dois tipos de problemas: um é a necessidade de estudos ambientais sobre projetos para evitar o tipo de coisa que aconteceu em Carajás. Outro são fenômenos que estão influenciando todo o rumo do desenvolvimento na Amazônia. Por exemplo, o caso da hidrelétrica de Tucuruí. A energia dessa usina é usada principalmente para a extração de alumínio. Dois terços da energia de Tucuruí são destinados a isso. Esse foi o resultado de acordos feitos entre o Japão e o Brasil que levaram a uma negociação para a implantação de grandes indústrias de alumínio junto a Tucuruí, que foi construída especificamente para isso.

A ALBRAS, que é um consórcio de trinta e três firmas japonesas junto com a Vale do Rio Doce, utilizou em 1986 49,5%

de toda a energia consumida no Pará. Porém, a vila da ALBRAS tem apenas 5000 habitantes, e consome mais energia que as cidades de Belém, Santarém e todas as grandes cidades do Pará juntas. Então, obrigatoriamente, essa não é uma maneira de resolver os grandes problemas de falta de emprego que são subjacentes a muitos problemas ambientais na região. No caso da ALDEMAR, em São Luís do Maranhão, que é outro grande pulo em termos de energia esperada, existe outro problema de impactos de negociações comerciais. Não se pode culpar as firmas japonesas por aproveitar essa oferta de subsídios de energia, etc., que foram oferecidos. Mas, obviamente tem um grande impacto. No caso da ALDEMAR, da firma Alcoa, uma empresa norte-americana, em junho de 1986 foi aprovado pelo Conselho interministerial da Grande Carajás a duplicação da capacidade da fábrica com entrada de firmas japonesas.

Em junho de 1986, quando o RIMA — Relação de Impacto sobre o Meio Ambiente — se tornou obrigatório no Brasil e quando se firmou o contrato com firmas desse tipo para suprir tantos GW de energia a um preço barato, aí todas as decisões sobre a construção das hidrelétricas que depois vão fornecer essa energia tornam-se decisões já feitas, por que já está decidido o que vai ter que se fazer com as hidrelétricas, uma vez que o contrato já está firmado. Existe um problema grave que entra no processo de decisão aqui dentro do Brasil.

A raiz disso tudo é esse decreto de 13.08/79 que oferece durante 20 anos para as firmas de alumínio e energia a um preço que não pode passar de 20% do preço internacional do alumínio, quer dizer, o custo de fornecer energia não pode ultrapassar esse percentual do preço. Então, quando o preço do alumínio é baixo como é hoje, US\$ 1,30 por kg de alumínio, então as firmas de alumínio não podem perder dinheiro, porque a diferença fica paga pelos contribuintes brasileiros e por todo mundo que paga conta de luz no final de cada mês. Então, o negócio é muito bom para as firmas de alumínio e leva a esse quadro. É importante dizer que na negociação disso, é possível que o Japão teve papel muito grande. Segundo Lúcio Flávio Pinto, um jornalista de Belém que vem acompanhando o problema de Tucuruí há tempo, a decisão de conceder esses incentivos foi tomada durante uma viagem do ministro das Minas e Energia para o Japão, na época um ministro nissei, que foi para lá e voltou dando essa diferença. Foi muito favorável ao Japão e prejudicial ao Brasil. Então é um problema subjacente a todo o desenvolvimento regional futuro.

As tarifas pagas pela ALBRAS, por exemplo, são mais ou menos um sexto do que todos nós estamos pagando no final do mês pela energia elétrica. Mesmo as da ALDEMAR são também muito baixas. A raiz do problema então é o alumínio, devido à negociação

# VIDADE PREVAÇ OBA OLO VICIO



**Dr. Philip Fearnside**  
Pesquisador Titular  
do Departamento de Ecologia  
do INPA

desse tipo de contrato e à forma como é usado o alumínio. Consome-se energia por diferentes tipos de vasilhames para refrigerantes, cerveja, etc. A lata de alumínio é o desmanche mais custoso, mesmo reciclado é bastante dispendioso em termos de energia. É menos dispendioso por exemplo usar garrafas de vidro. Em todo o quadro brasileiro o consumo de energia pelas indústrias que usam mais energia, principalmente do alumínio, vem subindo modificando totalmente o quadro industrial do país. E isso tem grandes implicações em como desenvolver a Amazônia no futuro porque tem também planos para construir mais hidrelétricas. Neste plano 2010 da Eletrobrás, por exemplo, se todas as hidrelétricas fossem construídas independentemente da data, para cada uma seriam 10 milhões de hectares, que equivale a 3% da Floresta Amazônica.

Tenho publicado no relatório 2010 e é uma quantidade enorme de hidrelétricas planejadas. A decisão sobre cada uma delas, se devem ser construídas ou não, depende de estudos ambientais e, antes de mais nada o que é preciso decidir é como usar a energia em coisas mais práticas e não usá-la para esse alumínio subsidiado.

Agora, vamos passar para uma outra área em que o Japão tem grande influência sobre as florestas tropicais, as quais por sua vez, terão um grande impacto futuramente.

A Amazônia é, de longe, a maior floresta tropical do mundo. Em termos de suprimentos de madeira tropical, a importância futura seria ainda maior. Isto porque as florestas na Ásia e África já estão chegando ao final em termos de suprimento dos mercados mundiais de madeira e no comércio de matéria-prima. O Japão é um dos grandes atores como alguns dos gráficos da exposição mostram.

Aqui no Brasil, até agora, nossas florestas têm sido protegidas de certa forma contra essa pressão, em contraste com as florestas disponíveis na Ásia principalmente. Aqui são pouquíssimas espécies de madeira que são exploradas, como o mogno em Rondônia, que de fato são peças que constituem o grosso da exportação nacional de madeira.

Mas esta exportação é uma coisa muito fraca que depende basicamente de restrições burocráticas. Por exemplo, durante a construção da hidrelétrica de Samuel foi aberta uma exceção na proibição de exportação de madeiras em toras que estavam esperando no Porto de Tiquatiara, no Amazonas, para serem carregadas num navio e levadas para a China. Uma grande quantidade de madeiras foi exportada em forma de toras, inclusive houve muitas

denúncias de que muitas dessas madeiras não eram da Usina de Samuel, mas o que estava chegando em Tiquatiara, tanto descendo o Rio Madeira, em Rondônia, quanto o Rio Solimões, do Estado do Amazonas. Agora, dá para ver o tremendo potencial para usar todas as espécies nessa situação. Todas as espécies tinham mercado, não apenas poucas espécies como hoje, como o mogno. Na China por exemplo, pequenas toras de madeira cheias de nós são serradas, coisa que nunca seria aproveitada aqui no Brasil. De fato, na China há um grande potencial de se aproveitar

qualquer tipo de madeira. Uma outra coisa é a tecnologia para se aproveitar a madeira em forma de cavacos, uma tecnologia que o Japão vem melhorando bastante. É muito comum ver montanhas de cavacos como essas em outros lugares como na Indonésia ou em Papua Nova Guiné. De fato, isso já levou a muitos problemas, especialmente na Nova Guiné, onde grandes madeireiras japonesas fazem o que chamam de aproveitamento total, retirando simplesmente as árvores da floresta tropical, triturando-as, colocando-as no navio e levando embora. Isto, inclusive, é algo que precisa ser mudado para se conseguir controlar o comportamento de firmas particulares fora do país e, muitas vezes, essas firmas têm, no caso de Papua Nova Guiné, subornado oficiais do governo para conseguirem levar adiante estas atividades extremamente destrutivas da floresta. Então isto é um motivo de grande preocupação se for transferido para cá. É especialmente preocupante por causa do fato de grande parte da exploração madeireira ser clandestina. Por exemplo, aqui, existem muitos contratos entre a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e os comerciantes de madeira, vendendo madeira extraída de dentro das reservas indígenas de Rondônia e Mato Grosso. Isso inclusive levou à demissão do presidente da FUNAI na época. Mas muitas negociações ainda são feitas sem nenhum contrato, completamente fora do regulamento do IBAMA. Este é um cenário muito fácil para a atuação que leva à danificação da floresta. Até agora esse impacto tem sido restrito, porque é feito de forma muito pouco tecnicizada. Podemos ver exploração desse tipo pouco tecnicizada dentro da Amazônia enquanto na Ásia é uma coisa totalmente diferente. Aqui essas serrarias são de pequeno porte, porém estão espalhadas pela região e aumentando em número.

Isso leva a um quadro diferente de países que acabam destruindo a floresta. É o caso da exportação de madeira na Nigéria,



que vendia a madeira até acabar com a floresta.

Deve-se lidar com o problema da exploração madeireira e dirigir a questão para uma maneira sustentada. Essa é a teoria de que aumentando o lucro com a exploração madeireira através de vários subsídios (trabalho, custo de exploração, subsídios de transporte, pesquisas para aproveitar mais tipos de madeira, etc.) que causarão duas formas: em uma os governos ficarão interessados nos impostos que podem cobrar e por isso colocarão regulamentos governamentais, exigindo a exploração sustentável para diminuir a intensidade de exploração por cada hectare; outro caminho é que o interesse nesses lucros não motiva os próprios madeireiros a visar o lucro por conta própria, e diminuindo a intensidade de exploração, reduzindo o impacto ambiental.

Mas o que se vê na prática é muito diferente, são esses outros esforços aqui que com os aumentos dos lucros provocam um aumento de esforços de exploração, aumentando a intensidade, a área explorada e, assim, o impacto ambiental. Isso é o que se vê na realidade e é essa a teoria. É importante dizer que essa teoria é a base dos programas promovidos pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), com sede em Yokohama.

Pode-se ver a raiz do problema, o contraste entre a Ásia e a Amazônia. As florestas na Ásia são muito semelhantes às nossas. Existe uma floresta na Indonésia cuja diversidade de espécies é quase igual à da nossa Floresta Amazônica, mas o nível de família botânica é muito diferente, porque quase todas são da mesma família. Então fica muito fácil agrupar em poucas categorias para fins de beneficiamento e comercialização, o que não é o caso de nossas florestas.

Além de ser mais fácil para se cortar e vender, também são muito mais fáceis para se manejar de forma sustentável. Em algumas florestas da Indonésia existem pequenas árvores de valor econômico e, quando se tira uma árvore adulta, a pequena árvore que vai crescer e preencher aquela copa é com certeza uma espécie valiosa. Não é preciso fazer nada, só tirar a árvore e esperar que a floresta se recupere. Mas na Amazônia não. Aqui tira-se um mogno e com certeza a árvore que irá crescer em seu lugar não será de valor econômico. Assim, é necessário que se vá até lá reconhecer dezenas de espécies de árvores enquanto ainda são pequenas, tirar aquelas

que não têm valor, deixar as boas ou então plantar uma muda, fazer uma série de coisas que implicam em grandes custos. Então é muito mais difícil manejar nossas florestas do que lá. Perante essa situação imagina-se que a Ásia seja o paraíso para o manejo sustentável. Seria, se fosse baseada na lógica da ITTO. Mas o que se vê é exatamente o inverso. A destruição das florestas na Ásia é muito mais adiantada que em nossas florestas, justamente porque lá elas valem mais dinheiro.

Aqui na Amazônia temos o mesmo problema. Por exemplo, o caso dos tipos de exploração conhecidamente sustentada como a extração do látex da seringueira, algo que pode produzir para sempre um retorno. Se tirar muitas vezes as árvores, cortando-as para vender a madeira, há um lucro imediato. Mas deve-se saber muito bem o que este ato causará.

Quando se compara o lucro que pode ser tirado do manejo florestal sustentável, que se faz calculando o valor líquido presente, aplicando o que é chamado de taxa de desconto para diminuir o peso dos lucros e custos futuros, e se não tiver nenhuma taxa de desconto, ou seja zero, que é tudo no primeiro ano, então o manejo sustentável é muito mais interessante.

Gostaria de encerrar com mais um lado positivo com exemplos do que o Japão pode fazer para encontrar soluções para estes problemas de manejo, como modificar o tipo de cálculo e o tipo de recompensa para uso de florestas para compensar serviços ambientais.

Um dos problemas mais graves que temos hoje na Amazônia é o uso de mercúrio na exploração de ouro na região. Lançam-se toneladas de mercúrio nos rios da Amazônia. O Japão é um país que tem maior experiência nesta área. Uma experiência que mostra que no Brasil estamos erroneamente tranquilos com relação ao problema. No Japão, a fábrica <sup>de</sup> Minamata começou a lançar mercúrio no mar por volta de 1932. Foi só em 1956, 24 anos depois, que apareceu o primeiro caso da doença de Minamata, causada por envenenamento com mercúrio. Então as pessoas na Amazônia estão comendo peixe tranquilamente sem sentir nada agora, o que não quer dizer que não estão acumulando mercúrio em quantidades grandes.

Esta experiência de Minamata é um dos pontos mostrados na exposição mais conhecidos no mundo inteiro por retratar as consequências do envenenamento por mercúrio. É justamente esta mensagem, algo que simboliza todos os tipos de poluição e impactos ambientais, que a Soka Gakkai precisa levar para o mundo a fim de mostrar a necessidade de se modificar o pensamento e as maneiras de enfrentar esses problemas. Obrigado.